



**Associação Beneficente Guaiunumbi**

CNPJ: 04.492.408/0001-89

Entidade Filantrópica Assistencial

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016**  
(Valores expressos em reais)

ATIVO CIRCULANTE	Notas Explicativas		PASSIVO CIRCULANTE		Notas Explicativas	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Caixa	6.222,56	5.355,06	Obrigações Fiscais		1.853,04	1.287,76
Bancos - Recursos c/ Restrições	7,60	11.356,65	Obrigações Sociais		9.044,03	11.526,90
Bancos - Recursos Sem Restrições	12.516,32	10.721,45	Obrigações Trabalhistas		115.521,30	79.424,26
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>18.746,48</b>	<b>27.433,16</b>	Outras Obrigações		42.476,65	40.072,96
<b>Direitos Realizáveis a Curto Prazo</b>	<b>26.275,87</b>	<b>57.569,31</b>	<b>Subvenções a Realizar</b>		<b>168.895,02</b>	<b>132.311,88</b>
Créditos	1.181,59	4.956,15	Recursos c/ Restrições		222.917,80	208.720,58
Despesas Antecipadas			<b>TOTAL</b>		<b>222.917,80</b>	<b>208.720,58</b>
Parcerias com Entidade Governamentais	5.b 224.015,40	211.333,32	<b>TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>391.812,82</b>	<b>341.032,46</b>
Total do Realizável	<b>251.472,86</b>	<b>273.858,78</b>				
<b>TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>270.219,34</b>	<b>301.291,94</b>				
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>			<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>			
<b>Imobilizado</b>			<b>RECEITAS DIFERIDAS</b>			
Bens Tangíveis	6.a 693.988,24	642.158,44	Emenda Parlamentar - DRADS	6.d 80.000,00	80.000,00	80.000,00
(-) Depreciações e Amortizações	6.b (215.180,02)	(194.459,44)	(-) Devoluções	(-) 1.425,71	(1.425,71)	(1.425,71)
<b>EMENDA PARLAMENTAR - 1468/2012-DRADS</b>	<b>478.808,22</b>	<b>447.699,00</b>	(-) Realizações	(53.222,66)	(41.813,18)	(41.813,18)
Aplicação de Recursos - Imobilizado	6.d 147.151,36	147.151,36	<b>TOTAL</b>	<b>25.351,63</b>	<b>36.761,11</b>	<b>36.761,11</b>
(-) Depreciações e Amortizações	(123.588,76)	(105.295,34)	<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>25.351,63</b>	<b>36.761,11</b>	<b>36.761,11</b>
<b>TOTAL DO IMOBILIZADO</b>	<b>502.370,82</b>	<b>489.555,02</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
<b>TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>502.370,82</b>	<b>489.555,02</b>	<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	8 413.053,39	401.630,63	401.630,63
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>772.590,16</b>	<b>790.846,96</b>	Superávit/Déficit Acumulado	9 (47.587,68)	3.617,76	3.617,76
			Superávit/Déficit do Período	9 (10.040,00)	7.805,00	7.805,00
			Ajuste Exercício Anterior	9 355.425,71	413.053,39	413.053,39
			<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>772.590,16</b>	<b>790.846,96</b>	<b>790.846,96</b>
			<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>772.590,16</b>	<b>790.846,96</b>	<b>790.846,96</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Jérgé Celso da Silva

Sidley Ynna

CT.CRCISP196805

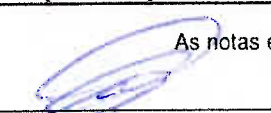
PRESIDENTE

**Demonstração do Resultado do Período**
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016**

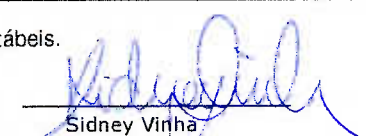
Valores expressos em R\$

	Notas Explic.	2017	2016
<b>ATIVIDADES ORDINÁRIAS VINCULADAS</b>			
<b>ASSISTÊNCIA SOCIAL - RECURSOS COM RESTRIÇÃO</b>			
Parcerias Com Entidades Governamentais - SMADS	10.	446.515,66	422.444,02
Recursos Aplicados na Atividades de Assist.Social	11	(446.515,66)	(417.149,68)
<b>Superávit/Déficit da Atividade Social</b>		-	<b>5.294,34</b>
<b>ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL - RECURSOS COM RESTRIÇÃO</b>			
Parcerias Com Entidades Governamentais - SME	10.	142.825,51	138.684,71
Despesas de Atividades Educacionais	11.	(142.825,51)	(138.684,71)
<b>Superávit/Déficit da Atividade Educacional</b>		-	-
<b>SUPERÁVIT/DÉFICIT DAS ATIVIDADES ORDINÁRIAS</b>		-	<b>5.294,34</b>
<b>OUTRAS RECEITAS ASSISTENCIAIS ORDINÁRIAS</b>		<b>177.261,42</b>	<b>155.231,34</b>
Contribuições de Particulares		96.799,75	14.710,57
Doações - Assoc. Rudolf Steiner		45.000,00	45.000,00
Bazar Beneficente		1.503,85	-
Doações Pessoa Jurídica		5,11	22.446,00
Doações - Exterior		-	73.074,77
Projeto Captação - Exterior		33.952,71	-
<b>OUTRAS DESPESAS ASSISTENCIAIS ORDINÁRIAS</b>	10	<b>(238.210,73)</b>	<b>(192.368,85)</b>
DESPESAS GERAIS - GUAINUMBI		(197.636,93)	(150.391,68)
DESPESAS ASSOC. RUDOLF STEINER		-	(7.564,92)
DEPRECIACOES		(39.014,00)	(34.191,97)
IMPOSTOS TAXAS E CONTRIBUICOES		(1.559,80)	(220,28)
<b>SUPERÁVIT/DÉFICIT OUTRAS REC. E DESP.ORDINÁRIAS</b>	10.	<b>(60.949,31)</b>	<b>(37.137,51)</b>
<b>RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS</b>			
Rendimento Aplic. Financeira		70,14	1.854,47
Descontos Obtidos		342,02	1.558,27
Juros Passivos		(522,27)	(579,23)
Tarifas Bancarias		(3.472,74)	(2.550,62)
<b>RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO</b>		<b>(3.582,85)</b>	<b>282,89</b>
<b>OUTRAS RECEITAS</b>			
Receitas Vinc. Doações Patrimoniais	6d	11.409,48	11.409,48
Creditos Nota Fiscal Paulista		3.903,59	-
Reversão de Provisão		1.631,41	23.768,56
<b>OUTRAS RECEITAS</b>		<b>16.944,48</b>	<b>35.178,04</b>
<b>RESULTADO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS</b>		<b>(47.587,68)</b>	<b>3.617,76</b>
<b>SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO PERÍODO</b>	9.	<b>(47.587,68)</b>	<b>3.617,76</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Jorge Celso da Silva  
CT.CRC1SP196805



Sidney Vinha  
PRESIDENTE

Associação Filantrópica Assistencial

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016  
(Valores expressos em reais)**

	2017	2016
<b>Superávit/Déficit do Exercício</b>	<u>(47.587,68)</u>	<u>3.617,76</u>
<b>Ajustes do resultado às disponibilidades geradas</b>		
<b>Atividades Operacionais</b>		
Depreciações e amortizações	39.014,00	34.191,97
Ajuste de Exercícios Anteriores	(10.040,00)	7.805,00
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		
Subvenções a receber	(12.682,08)	(211.333,32)
Outros Créditos	31.293,44	(47.436,45)
Despesas antecipadas	3.774,56	(85,07)
Fornecedores	-	(3.364,00)
Obrigações fiscais	565,28	1.280,76
Obrigações sociais	(2.482,87)	11.526,90
Obrigações trabalhistas	36.097,04	15.001,75
Outras Obrigações	2.403,69	10.585,65
Subvenções/Doações a Realizar	14.197,22	179.657,68
Receitas diferidas	(11.409,48)	(11.409,48)
<b>(1) Caixa líquido das atividades operacionais</b>	<u><b>43.143,12</b></u>	<u><b>(9.960,85)</b></u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisição Ativo Imobilizado	(51.829,80)	(146.203,20)
<b>(2) Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<u><b>(51.829,80)</b></u>	<u><b>(146.203,20)</b></u>
Resgate Título Capitalização	-	20.000,00
<b>(3) Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>	<u><b>-</b></u>	<u><b>20.000,00</b></u>
<b>(1+2+3) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u><b>(8.686,68)</b></u>	<u><b>(136.164,05)</b></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	27.433,16	163.597,21
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>18.746,48</u>	<u>27.433,16</u>
	<u><b>(8.686,68)</b></u>	<u><b>(136.164,05)</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Jorge Celso da Silva  
CT.CRC1SP196805

Sidney Lima  
PRESIDENTE



**Associação Beneficente Guainumbi**

CNPJ: 04.492.408/0001-89

Associação Filantrópica Assistencial

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016**  
(Valores expressos em reais)

	Patrimônio Social Superávit/Déficit Acum.	Ajuste Exerc. Anterior	Superávit/ Déficit do Exercício	Total
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015</b>	<b>561.439,20</b>	-	<b>(159.808,57)</b>	<b>401.630,63</b>
Déficit do Período Anterior Incorporado ao P.S	(159.808,57)	-	159.808,57	-
Ajuste Exercício Anterior	-	7.805,00	-	<b>7.805,00</b>
Superávit do Período	-	-	3.617,76	<b>3.617,76</b>
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016</b>	<b>401.630,63</b>	<b>7.805,00</b>	<b>3.617,76</b>	<b>413.053,39</b>
Superávit do Período Anterior Incorporado ao P.S	3.617,76	-	(3.617,76)	-
Ajuste Exercício Anterior	7.805,00	(10.040,00)	(7.805,00)	<b>(10.040,00)</b>
Déficit do Período	-	-	(47.587,68)	<b>(47.587,68)</b>
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017</b>	<b>413.053,39</b>	<b>(2.235,00)</b>	<b>(47.587,68)</b>	<b>355.425,71</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Jorge Celso da Silva  
CT.CRC1SP196805

Sidney Mirna  
PRESIDENTE

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL:

"Associação Beneficente Guainumbi" constituída em 05 de fevereiro de 2001, é uma entidade civil, sem fins lucrativos, que atua na área da assistência social, educação, esporte e cultura, de acordo com o Artigo 2º da Lei 12.101/2009, regulamentada pelo Decreto 7.237/2010 e Decreto 8.242 de 23 de maio de 2014, a Entidade obedece ao Princípio da Universalidade do Atendimento, e **tem como objetivo** atender diretamente pessoas com deficiência intelectual e múltipla nas áreas da educação e assistência social com atividades escolares, artesanais, de recreação, oficinas de tecelagem, culinária e horta/jardinagem, marcenaria, atividades de vida diária e vida prática, atividades físicas, passeios de reconhecimento dos ativos do bairro, passeios culturais, encontros e atividades de inclusão, sem qualquer discriminação quanto à raça, religião, nacionalidade e capacidade financeira, a metodologia se baseia nos princípios da Antroposofia, terapia Social e pedagogia Waldorf, que é uma pedagogia holística que vê o ser humano como um ser físico-psíquico e espiritual.

### 1.1. De acordo com o Art. 14 do Código Tributário Nacional a Associação:

**I** - Não remunera a Diretoria e nem distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título;

**II** - Aplica integralmente, no País, os seus recursos na manutenção de seus objetivos institucionais;

**III** - Mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades exigidas pela lei, capazes de assegurar sua exatidão.

## 2. Assistência Social.

A Instituição no atendimento aos seus objetivos estatutários tem como atividade preponderante a Assistência Social e presta estes serviços de forma gratuita, continuada e planejada para os usuários que dela necessitar, sem qualquer discriminação de acordo com a Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009.

Os valores e as aplicações em assistência social estão registrados por seu valor original e de acordo com a sua competência.

## 3. Apresentação das demonstrações contábeis.

- a) **Declaração de Conformidade:** as demonstrações financeiras da organização para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros, considerando a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral, (NBC) TG 1000 - CTG 1000 - adoção plena, suas interpretações Técnicas e Comunicados Técnicos, em especial à **ITG-2002 (R1) (Resolução CFC 1409/2012)** que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registro das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas das entidades sem finalidade de lucros seguindo as práticas contábeis descritas na **Nota 5**.
- b) As demonstrações financeiras inerentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 estão sendo apresentadas em Reais (R\$).

## 4. Formalidade da Escrituração Contábil – Resolução CFC nº 1.330/11 (NBC ITG 2000)

A entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico.



**Notas explicativas às demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2017.2016**

O registro contábil contém o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no "Diário" da Entidade, e posteriormente registrado no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas.

A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apóiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes".

A entidade manter em boa ordem a documentação contábil.

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da entidade incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

**Moeda Funcional e de apresentação**

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em reais que é a moeda funcional da entidade em 31.12.2017.

Em dezembro de 2011 foi publicada a Portaria 353 do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome que estabelece em seu Artigo 12 que as entidades com atuação preponderante em Assistência Social devem incluir em suas demonstrações a Demonstração das Origens e Aplicações dos Recursos – **DOAR**.

**5. Descrição das principais práticas contábeis adotadas**

Em consonância com a **NBC ITG 2002**, os registros contábeis segregam as receitas por área de atuação, programas e projetos. As receitas e despesas são reconhecidas mensalmente respeitando o regime de competência, ou seja, as receitas e despesas são reconhecidas no resultado no período em que elas ocorrem, simultaneamente quando se relacionarem, independente do efetivo recebimento ou pagamento.

**(a) Caixa e equivalentes de caixa**

Conforme determina a Resolução do CFC No. 1.296/10 (NBC –TG 03) – Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26) – Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste sub-grupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor;

**(b) Subvenções**

São provenientes de convênios firmados com a Secretaria Municipal de Assistência Social – SMADS e Secretaria Municipal da Educação - SME, e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização.

A Entidade para a contabilização de suas subvenções governamentais, atendeu o que estabelece a Resolução nº 1.305 do Conselho Federal de Contabilidade – CFC que aprovou a NBCT TG 07, Subvenções e Assistência Governamentais e a Resolução CFC 1409/2012 que aprovou a ITG 2002.

**(c) Prazos:**

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulante

**6. Ativo Não Circulante**

**(a)** O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

**(b)** A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear.



Notas explicativas às demonstrações Contábeis  
em 31 de dezembro de 2017.2016

				2017	2016
	Taxa %	Custo	Depreciação Acumulada	Imobilizado Líquido	Imobilizado Líquido
<b>Terrenos</b>	-	41.942,94		41.942,94	41.942,94
<b>Prédios</b>	4%	490.173,17	105.986,21	384.186,96	350.712,32
<b>Instalações</b>	10%	8.000,00	7.958,14	41,86	354,94
<b>Máquinas e Equipos</b>	10%	5.789,38	5.296,52	492,86	687,38
<b>Moveis</b>	10%	42.059,73	37.091,42	4.968,31	5.992,49
<b>Veículos</b>	20%	83.065,00	38.065,53	44.999,47	44.999,47
<b>Computadores</b>	20%	22.958,02	20.782,20	2.175,82	3.009,46
<b>Emenda Parlamentar</b>	10%	68.188,50	66.132,11	2.056,39	8.904,79
<b>E. Parlamentar.2012</b>	10%	43.830,36	24.665,85	19.164,51	23.547,39
<b>E. Parlamentar.2012</b>	20%	35.132,50	32.790,80	2.341,70	9.403,84
<b>Total</b>		<b>841.139,60</b>	<b>338.768,78</b>	<b>502.370,82</b>	<b>489.555,02</b>

**(d) Emenda Parlamentar 2012.**

Recursos recebidos da Secretaria de Desenvolvimento Social – Diretoria Regional de Assistência Social da Capital para atendimento a celebração de convênio no objetivo de aquisição de material de natureza permanente.

**07 – PASSIVO CIRCULANTE**

As obrigações são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

	2017	2016
Fornecedores	-	-
Obrigações Fiscais	1.853,04	1.287,76
Obrigações Sociais	9.044,03	11.526,90
Obrigações Trabalhistas	115.521,30	79.424,26
Outras Obrigações	29.692,46	40.072,96
Recursos c/ Restrições	222.723,66	208.720,58
<b>Total</b>	<b>378.834,49</b>	<b>341.032,46</b>

**08 – PATRIMÔNIO SOCIAL**

Conforme estabelecido no Estatuto Social da Entidade, o patrimônio social, receitas, recursos e eventual superávit operacional da associação serão aplicados integralmente no país, na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais.

**09 Do Resultado do Período -Item 15 ITG-2002 -R1**

O valor do superávit ou déficit deve ser incorporado ao Patrimônio Social. O superávit, ou parte de que tenha restrição para aplicação, deve ser reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido.



**10. Assistência Social - Aplicação dos Recursos**

**10.1** Nos exercícios de 2017 e 2016 foram recebidos e aplicados os seguintes montantes:

	2017	2016
(+) Parcerias Com Entidades Governamentais -SMADS	446.515,66	422.444,02
(+) Parcerias Com Entidades Governamentais -SME	142.825,51	138.684,71
(-) Recursos Aplicados	589.341,17	561.128,73

Em atendimento art. 29 da Lei 12.101/2009, ao Decreto n.ºs 8.242/2014 e a norma contábil, **ITG 2002 (R1)**, **item 27, letra "c"** são demonstrados a seguir, os valores relativos às isenções previdenciárias, gozadas durante o exercício de 2017 e 2016.

Contribuições Sociais – Isenção	2017	2016
Cota Patronal	103.660,17	86.193,52
RAT	10.366,01	8.619,35
Terceiros	23.323,54	19.393,54
<b>Total das Contribuições Sociais</b>	<b>137.349,72</b>	<b>114.206,41</b>

**11. Demonstração do cumprimento da aplicação e atendimentos sociais**

As aplicações em gratuidades por meio dos Programas de Assistência Social foram observados os preceitos da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 em consonância Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009 que aprovou a Tipificação Nacional de Serviços Sócio assistenciais, dentro desses parâmetros os programas instituídos estão caracterizados como de Proteção Social *Básica* – demonstrado a seguir:

**Descrições dos Programas de Assistência Social:**

Rede de Proteção Especial – Média Complexidade

Núcleo de Apoio à Inclusão Social Para Pessoas com Deficiência III - Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem, alcançando grupos cuja situação de vulnerabilidade e risco ocorra por desvantagem pessoal resultante de deficiências. Na efetivação de ações que contribuam para corrigir as desvantagens às quais estão expostas as pessoas com deficiência, o Núcleo de Apoio ao Processo de Inclusão tem por finalidade a garantia de direitos, o desenvolvimento de mecanismos para a inclusão social, a equiparação de oportunidades e a participação efetiva das pessoas com deficiência, considerando suas necessidades individuais e sociais.

Tem como público, 60 jovens e adultos com deficiência que vivenciam situações de vulnerabilidade, risco e violações de direitos ou ausência de acesso a possibilidades de inserção social. Visando:

- Assegurar espaços de referência para desenvolvimento de sociabilidade, independência e autonomia;
- Sensibilizar grupos comunitários sobre direitos e necessidades de inclusão das pessoas com deficiência, buscando



**Notas explicativas às demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2017.2016**

a desconstrução de mitos e preconceitos;

- Oferecer possibilidades de desenvolvimento de competências, habilidades e potencialidades, a defesa de direitos e o estímulo à participação cidadã;
- Incluir usuários (as) e familiares no sistema de proteção social e serviços públicos, conforme necessidades, inclusive pela indicação de acesso a benefícios e programas de transferência de renda;
- Contribuir para a reparação de danos e de direitos violados;
- Contribuir para inserção da pessoa com deficiência no mundo do trabalho, considerando potencialidades e interesses;
- Estabelecer interface com a Proteção Social Básica.

**Secretaria Municipal de Educação**

Programa de Iniciação ao Mundo do Trabalho IMT – Tem como objetivo atender jovens e adultos com deficiência intelectual e múltiplas com idade entre 15 à 30 anos com comprometimento na autonomia e na independência, vindos de família de baixa renda, que necessitem de apoio intensivo nas áreas do conhecimento, nas habilidades e competências adaptativas, e nos casos em que se demonstre que a educação nas classes comuns das unidades educacionais não pode satisfazer às necessidades educacionais e sociais desses educandos.

Tem como público Alvo 40 pessoas com deficiência intelectual e/ou múltiplas, de ambos os sexos, na faixa etária de 15 a 30 anos.

Viando:

- Desenvolver a autonomia e a independência dos educandos para as atividades da vida diária e vida prática, por meio do exercício adequado de atividades cotidianas;
- Oferecer oportunidades de crescimento e geração de renda, através da confecção de produtos artesanais, visando estimular a criatividade, a arte, o afazer;
- Inserção dos atendidos ao mercado de trabalho;
- Reforçar a auto-estima e acompanhar a aprendizagem nos diversos espaços sociais, visando a inclusão social;
- Proporcionar oportunidades de desenvolvimento a partir de trabalho articulado com a família e comunidade na qual esta demanda está inserida;
- Construir regras, normas e atitudes positivas;

**12. Instrumentos financeiros****(a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros**

A Entidade avaliou seus ativos e passivos em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela administração. Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Entidade em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua avaliação:

**(b) Caixa e equivalentes de caixa, subvenções a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar**

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização, as aplicações financeiras que apresentam liquidez imediata e que possuem resgates rotineiros em conformidade com as necessidades de caixa são classificadas como caixa e equivalentes de caixa.

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Caixa	6.222,56	5.355,06
Bancos - Recursos c/ Restrições	7,60	11.356,65
Bancos - Recursos Sem Restrições	12.516,32	10.721,45
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>18.746,48</b>	<b>27.433,16</b>

5.a

**c) Derivativos**

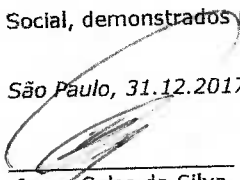
Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Entidade não possuía operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

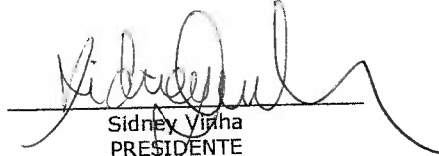
**13. Cobertura de seguros**

Em 31 de dezembro de 2017, a cobertura de seguros é considerada suficiente pela administração para cobrir eventuais sinistros.

**14.** Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, em conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais.

São Paulo, 31.12.2017

  
\_\_\_\_\_  
Jorge Celso da Silva  
CT.CRCSP 1SP196805

  
\_\_\_\_\_  
Sidney Viana  
PRESIDENTE

---

